



Jarbas Passarinho reage ao assédio: "Não sou tutor de crianças"

495 Primeiro pedido de punição atinge deputado Flávio Derzi

BRASÍLIA — Antes mesmo da divulgação do relatório final, a CPI do Orçamento pediu a primeira punição de um parlamentar. O presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), enviou à Mesa da Câmara relatório sobre o empréstimo de US\$ 4,5 milhões que o deputado Flávio Derzi (PP-MS) fez no Banco do Brasil, a juros subsidiados, e não pagou. Caberá à Procuradoria da Casa decidir se abre ou não processo de cassação do mandato de Derzi, por atentado ao decoro parlamentar.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) está na mesma situação, pois emprestou US\$ 4,9 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF) de Alagoas, também a juros subsidiados, e não pagou. Segundo relatório interno da CEF, é a maior inadimplência da instituição em Alagoas. O documento conclui que o empréstimo foi irregular e sugere o enquadramento

do ex-presidente da instituição Álvaro Mendonça em crime de colarinho branco. Fiúza por enquanto está livre da abertura de processo na Câmara, pois o relatório sobre ele ainda não foi entregue a Passarinho. Ele e Derzi feriram o Artigo 54 da Constituição, que proíbe parlamentares de usarem seus cargos para obter empréstimos privilegiados em instituições oficiais de crédito. Essa falta pode resultar na perda do mandato por atentado ao decoro parlamentar.

Passarinho manifestou ontem esperança de que os plenários do Senado e da Câmara cassem os envolvidos na manipulação de verbas do Orçamento. Segundo ele, o corporativismo não poderá prevalecer, porque a sociedade se recusará a aceitar que os envolvidos saiam livres. "A Câmara e o Senado têm de mostrar maturidade suficiente para as cassações, pois a sociedade saberá reagir se prevalecer o corporativismo."